



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
ESTADO DA PARAÍBA

## CONSELHO SUPERIOR

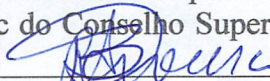
ATA DA TRIGÉSSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, BIÊNIO 2012/2014 - REALIZADA NO DIA 27 DE JANEIRO DE 2014.

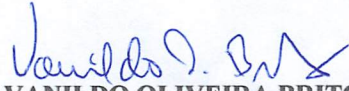
Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, (27.01.2014), sob a Presidência do Defensor Público Geral, Dr. VANILDO OLIVEIRA BRITO, o CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, reuniu-se em sessão ORDINÁRIA, para deliberar sobre assuntos constantes da Pauta e outros relacionados a Defensoria Pública compareceu o Vice-Presidente Dr. Jaime Ferreira Carneiro, o Conselheiro Corregedor Geral Elson Pessoa de Carvalho e os Conselheiros Drs.: José Celestino Tavares de Souza, José Alípio Bezerra de Melo, Maria de Fátima Marques, Manfredo Estevam Rosenstock, Ricardo José Costa Souza Barros e a Presidente da Associação dos Defensores Público Dra. Maria Madalena Abrantes. com quórum legal, o Presidente Dr. Vanildo Oliveira Brito declarou aberta a presente reunião, cumprimentando a todos os presentes desejando que ao ano que se inicia seja tão produtivo quanto foi o ano de 2013, prosseguindo com os assuntos constantes em pauta: disse que o primeiro item a ser discutido e apreciado seria o reajuste nas diárias para os servidores e motoristas da Defensoria que se deslocam a serviços as comarcas do interior e outros Estados da Federação, mas nesta sessão será inviável a apreciação desse assunto, tendo em vista ainda não ter sido decidido o reajuste no orçamento, pois a Defensoria estar em situação impraticável no momento, com a emenda do Deputado Lindolfo Pires o orçamento ainda não foi votado, se essa emenda for se aprovada engessa as contas da Defensoria, sendo assim fica inviável a apreciação do reajuste das diárias no momento nesta sessão; continuando disse também que recebeu ligação da Secretaria Aracilba informando que os servidores irão receber um reajuste de 5%, e que esse reajuste seria também para os Defensores Públicos. O Conselheiro Elson Pessoa de Carvalho sugeriu que o Conselho Superior aprovasse ato de moção para solicitar a Secretaria da Receita do Estado Aracilba que seja feito o repasse do duodécimo da Defensoria de forma correto, com base no orçamento de 2014, em votação aprovado por unanimidade. Prosseguindo disse o Presidente: acabo de receber da Presidente da Associação dos Defensores Públicos proposta para a fixação e reajuste nos subsídios dos membros da Defensoria Pública, nos moldes seguintes: observado o art.135 da Constituição Federal, corresponderão a valor nunca inferior ao limite fixado, no âmbito estadual, pelo art. 37,XI, da Constituição Federal, garantindo-se os mesmos parâmetros fixados aos membros da Magistratura e do Ministério Público, com 3.000,00( três mil reais), no exercício de 2014, acrescido de 25%(vinte cinco por cento), a cada ano, até que se alcance o limite constitucional, observando-se a diferença entre as classe de carreira, oportunidade colocou para discussão e apreciação dos Senhores Conselheiros, dizendo o Senhor Presidente que a proposta é interessante porque fixa os subsídios, mas sugere que seja encaminhada mais de uma proposta, a proposta da Associação é para equiparar os subsídios em cinco (05)anos, e na qualidade de Defensor Público Geral sugere uma proposta de R\$ 3.000,00 (três mil reais), nos subsídios dividida em três vezes, março, junho e setembro de 2014, defendeu sua proposta em virtude da urgência em enviar a mensagem em discussão, o Conselheiro Elson Pessoa de Carvalho disse que a proposta da Associação engloba todas as sugestões do Presidente, disse que é uma proposta que não necessita de suplementação orçamentária, e que não esperava uma proposta tão bem pensada e parabenizou a Associação. Já Conselheira

*[Handwritten signatures in blue ink]*

Maria de Fátima Marques disse que as proposta devem ser analisadas de forma clara, e que existem urgência do envio da mensagem para fixar o reajuste dos subsídios, disse da necessidade de se resolver a situação dos subsídios, o mais rápido possível, em especial daqueles Defensores estão preste a se aposentar apenas com esse subsídio sem levar os auxílios da atividade é necessário que se dê uma condição de sobrevivência ao Defensor que se aposente com um subsídio que beneficie a todos. Presente a reunião o Defensor Dirceu Abmael, que pediu a palavra, para lembrar a situação delicada dos Defensores em sua maioria já estão numa faixa etária bem elevada, e acha que R\$ 3.000,00 (três mil reais), na forma como sugere o Defensor Geral já alivia a situação pelo menos de imediato, a proposta de 25% é espetacular mas existe um impacto para todas as categorias, mas que acha bom fazer um trabalho social de relevância, necessitando fazer noticia para que a sociedade entenda a necessidade da atuação da Defensoria Pública. O Conselheiro Manfredo Rosenstock acompanha o raciocínio da Conselheira Maria de Fátima Marques no que se refere ao aumento no subsídio de três mil reais, e acha que deveriam ser feitas algumas retificações na proposta da Associação. O Conselheiro José Celestino indagou se não existe uma possibilidade em ser feita uma proposta que englobe todas as propostas apresentas. O Conselheiro Elson Pessoa de Carvalho disse que a proposta da Associação engloba todas, o Conselheiro e perguntou ao Presidente qual era seu receio em apresentar a proposta da Associação, disse o Presidente que seu temor seria os riscos que a Defensoria Pública ira enfrentar, sugeriu que seja feita uma reunião prévia com o Governo para apresentar as propostas e assim poder sondar as negociações. O Conselheiro Elson disse que não se deve negociar aquilo que se tem direito. Já o Conselheiro José Alípio acha que deve ser pensar na viabilidade do momento e também no futuro, falou também que a proposta da Associação é a ideal, mas a repercussão na folha, no entendimento do Conselheiro deveria haver uma conversa prévia entre a Associação, a Defensoria e o Governo. Presente a reunião a DP Cardineuza pediu a palavra, e disse que discorda em se lutar para igualar ao procurador, devendo ser feita pela equiparação ao Ministério Público. O Presidente do Conselho disse que deverá ser feita de acordo com o aumento do orçamento da Defensoria. O Conselheiro José Ricardo é de acordo com a proposta da Associação. O Vice-presidente parabenizou a Presidente da Associação pela iniciativa em apresentar a proposta e falou que acompanha o pensamento da Conselheira Maria de Fátima. A Conselheira Maria de Fátima sugeriu que a presente sessão seja suspensa para que o Presidentes do Conselho e a Presidenta da Associação fossem ao Governador para uma reunião ou consulta, e a presente sessão retomada em outro momento, sugeriu o Presidente que a reunião fosse com a Secretaria Aracilba, levando a proposta da associação, para depois ser encaminhada ao Governador. Em votação, se deverão negociar com mais de uma propostas ou se levarão a proposta da Associação, DECIDIDO que deverá ser encaminhada a proposta da Associação com um reajuste de no mínimo de três mil reais(3.000,) nos subsídios dos membros da Defensoria, dividido em três parcela para o mês de março, junho e setembro, decidiu o Conselho que o Defensor Publico Geral encaminhará a mensagem do Governador do Estado à ser enviada a Assembléia Legislativa, caso não o governador não envie a mensagem a Assembléia Legislativa a Associação ajuizará a competente ação judicial. Continuando o Presidente apresentou aos Conselheiros relatório do TCE que diz que a Defensoria Pública não pode custear as despesas do PROCON/PB, abrindo a discussão, após ampla discussão foi decidido que deverá ser levado ao Governador o relatório do TCE sobre a situação atual do PROCON/PB. Presente a sessão o Defensor Público, Antonio Rodrigues que pediu a palavra para saber se com a autonomia financeira da Defensoria deverão consultar a Sec. Aracilba, disse o Presidente que, autonomia a Defensoria tem, mas não tem o dinheiro para realizar o aumento, pois isso deverá ser através de Lei. O Conselheiro Elson Carvalho comunicou aos Conselheiros que na última sexta-feira entregou relatório geral das atividades da CORGE. O Presidente propôs voto de agradecimento ao Presidente da Assembléia Legislativa e as Comissões pelo empenho e dedicação as matérias de interessa da Defensoria Pública, **aprovado por unanimidade.** Encerrada a sessão e marcada a próxima reunião Extraordinária para o dia 04/02/2014 e lavrada a presente Ata, que uma vez aprovada será

*(Handwritten signatures and initials)*

assinada pelo senhor Presidente, pelos senhores Conselheiros e por mim, RIZALVA AMORIM DE OLIVEIRA SOUSA, Secretária Ad Hoc do Conselho Superior da Defensoria Pública, matrícula 58.445-2, e por quem mais de direito .

  
**VANILDO OLIVEIRA BRITO**  
PRESIDENTE

  
**JAIME FERREIRA CARNEIRO**  
VICE-PRESIDENTE

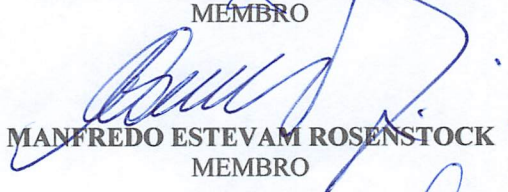
  
**ELSON PESSOA DE CARVALHO**  
CORREGEDOR GERAL

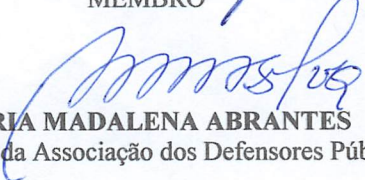
  
**JOSÉ ALÍPIO BEZERRA DE MELO**  
MEMBRO

  
**RICARDO JOSÉ COSTA SOUSA BARROS**  
MEMBRO

  
**JOSÉ CELESTINO TAVARES DE SOUZA**  
MEMBRO

  
**MARIA DE FÁTIMA MARQUES**  
MEMBRO

  
**MANFREDO ESTEVAM ROSENSTOCK**  
MEMBRO

  
**MARIA MADALENA ABRANTES**  
Presidente da Associação dos Defensores Público